

RESUMO - GT1: RACISMO E DEMOCRACIA EM DEBATE

**INFÂNCIA NEGRA, CIDADE E VIOLÊNCIA: BALAS PERDIDAS E O DIREITO À INFÂNCIA**

*Maria Antônia Diniz Silva (mariantoniadnz@gmail.com)*

*Giovanna Fonseca Silva Venceslau (giovanna.fonsecav@ufpe.br)*

As interferências entre a cidade e a infância são complexas e multifacetadas. Com a urbanização acelerada e o avanço de uma lógica de higienização dos corpos negros e periféricos, a violência urbana passa a marcar de modo profundo a trajetória de crianças e adolescentes, especialmente aqueles que vivem nas periferias. Pestana (2024) explica que esse território carrega a marca da ausência: falta de serviços públicos, negligência estatal e afastamento dos direitos garantidos pelo artigo 6º da Constituição Federal. A formação das periferias brasileiras está diretamente relacionada à abolição mal realizada, conforme Amaral (2024), que versa sobre a libertação ocorrida sem qualquer projeto de inclusão, deixando milhões de ex-escravizados diante de uma liberdade formal que não se convertia em direitos políticos, econômicos ou sociais. Gomes (2017) lembra que as placas tectônicas que sustentam o Brasil são racistas e moldam subjetividades ao longo do tempo. Essa persistência evidencia que a violência não é acaso, mas engrenagem que distribui precariedade de forma desigual e racializada. É nesse movimento que a infância negra se torna alvo privilegiado, sobretudo, em territórios onde o Estado se ausenta enquanto presença protetiva e se faz presente apenas como força armada. A chamada bala perdida expressa essa distribuição desigual dos riscos. Embora o termo sugira acidentalidade (Herkenhoff, 2011),

suas vítimas seguem padrões sociais e raciais bem definidos, atingem sempre os mesmos: corpos da juventude preta e periférica. Schucman (2012) e Kilomba (2019), elaboram que a branquitude estrutura privilégios e naturaliza desigualdades, contribuindo para legitimar simbolicamente a violência contra populações negras. Abramowicz (2020) evidencia que morrem, principalmente, as crianças que não correspondem ao ideal universalizado de infância, isto é, aquelas que não se encaixam no modelo hegemônico branco e de classe média. A bala perdida materializa, de forma brutal, os efeitos combinados da urbanização excludente, da ausência do Estado e da militarização dos territórios. Inviabiliza brincadeiras, trajetos escolares e vínculos comunitários, produzindo danos psicológicos e sociais que se somam às desigualdades já existentes. Assim, Butler (2019) diz sobre a distribuição desigual da precariedade da vida e das perdas que não são choradas. A violência não interrompe apenas rotinas, mas impacta subjetividades, produzindo perdas simbólicas e materiais que atingem o desenvolvimento pleno das crianças. Nesse cenário, a mídia também exerce papel central na produção e manutenção do senso sobre violência. Apoiadas em Bourdieu (1989) e Hall (2016), compreendemos que a mídia não apenas informa, mas organiza percepções, elegendo quem deve ser temido, protegido ou punido. Ao reforçar narrativas de criminalização da juventude negra e silenciar violências praticadas pelo Estado, contribui para a continuidade da necropolítica (Mbembe, 2018), legitima mortes e amplia estigmas. Desse modo, este trabalho visa analisar os impactos da violência urbana na infância negra periférica, discutir as relações entre cidade, branquitude e necropolítica, e refletir sobre a distribuição desigual da precariedade e das mortes por balas perdidas no Brasil. Sintetizamos que o aprisionamento da infância negra periférica em um ciclo de precarização histórica, invisibilização midiática e violência estatal urge o reconhecimento do direito pleno à vida e à proteção.

Palavras-chave: violência urbana; racismo estrutural; necropolítica; infância; bala perdida.